

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

VIII EXAME DE ADMISSÃO AO ESTÁGIO FORENSE

Typo 3 – AMARELA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cinquenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- o candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões **ao final do tempo de prova disponível**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no espaço reservado
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
Boa prova!



ATENÇÃO: NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O Candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo (item 6.20 do Edital).

Direito Penal

1

Tício, 18 anos, durante a comemoração de sua aprovação no vestibular, ingere bebida alcoólica com seus amigos em um bar, apesar de não ter, com isso, qualquer intenção de ficar bêbado ou praticar crimes, mas tão só de comemorar seu sucesso nos estudos. Apesar disso, em razão da quantidade de cerveja que optou por ingerir, acaba ficando completamente embriagado e desfere quatro socos na face do ex-namorado de sua irmã, causando-lhe lesões gravíssimas. Considerando a hipótese narrada, é correto afirmar que a embriaguez de Tício era completa e:

- (A) involuntária, logo exclui a imputabilidade penal;
- (B) culposa, logo exclui a imputabilidade penal;
- (C) voluntária em sentido estrito, não excluindo a imputabilidade penal e devendo ser reconhecida a agravante da embriaguez preordenada;
- (D) culposa, mas não exclui a imputabilidade penal;
- (E) voluntária em sentido estrito, não excluindo a imputabilidade penal, mas não deve ser reconhecida a agravante da embriaguez preordenada.

2

Durante um almoço de família em uma fazenda, Camila caminhava com sua filha Julia, de 02 anos, quando um touro selvagem surgiu e passou a atacar a criança. Diante da situação de risco para a integridade física de Julia, Camila pegou um machado que estava no chão e passou a golpear o animal, vindo a causar sua morte. Nesse caso, é correto afirmar que Camila:

- (A) agiu em legítima defesa, causa de exclusão da antijuridicidade;
- (B) agiu em estado de necessidade, causa excludente da antijuridicidade;
- (C) responderá pelo crime de dano, pois não existe legítima defesa de terceiro;
- (D) agiu em legítima defesa, causa de exclusão da culpabilidade;
- (E) agiu em estado de necessidade, causa excludente da culpabilidade.

3

Em relação à teoria da norma penal, no que concerne à aplicação da lei penal no tempo e no espaço, ao tempo do crime e ao princípio da legalidade, é correto afirmar que:

- (A) considera-se cometido o crime tanto no momento da ação ou omissão, como no do implemento do resultado;
- (B) a existência da norma penal em branco viola o princípio da legalidade;
- (C) os institutos da lei excepcional e temporária, previstos no artigo 3º do Código Penal, não foram recepcionados pela Constituição Federal de 1988;
- (D) o instituto da *abolitio criminis* aplica-se apenas aos fatos criminosos anteriormente consolidados que ainda não tenham sido alcançados por uma sentença penal condenatória transitada em julgado;
- (E) nas situações de crime continuado e crime permanente, a aplicação de lei mais gravosa que tenha entrado em vigor na constância da continuidade ou da permanência não viola o princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa.

4

Em relação às causas de exclusão da culpabilidade, é correto afirmar que:

- (A) o erro de proibição afasta o requisito da exigibilidade de conduta diversa;
- (B) a coação moral irresistível afasta a potencial consciência da ilicitude;
- (C) a obediência hierárquica afasta a potencial consciência da ilicitude;
- (D) a menoridade penal, segundo o Código vigente, orienta-se pelo critério puramente biológico;
- (E) o erro de proibição afasta o requisito da imputabilidade.

5

Hugo, após mais uma discussão com seu sogro João em razão de disputas desportivas, entende que não mais suporta viver em constante conflito com seus familiares. Por esse motivo, decide matar João, e, para tanto, desfere uma facada em sua perna quando os dois estavam sozinhos. Durante a execução do delito, apesar de saber que aquela facada ainda não seria suficiente para causar a morte do sogro, opta por não mais seguir na empreitada criminosa, pensando no sofrimento que sua esposa sentiria com a morte do pai. Deixa, então, o local do crime, vindo João a ficar, em razão do ferimento causado pelo golpe, impossibilitado de exercer suas atividades habituais por 40 dias. Diante da situação narrada, é correto afirmar que Hugo:

- (A) não responderá por qualquer crime, em razão do arrependimento eficaz;
- (B) responderá pelo crime de lesão corporal grave, em razão da desistência voluntária;
- (C) responderá pelo crime de tentativa de homicídio, já que agiu com dolo de matar e houve início de execução;
- (D) responderá pelo crime de lesão corporal grave, em razão do arrependimento eficaz;
- (E) não responderá por qualquer crime, em razão da desistência voluntária.

6

É(são) causa(s) de extinção da punibilidade presente(s) apenas em relação a crimes de ação penal pública de iniciativa privada:

- (A) perdão do ofendido;
- (B) perdão do ofendido e decadência;
- (C) decadência, renúncia ao direito de queixa e perdão do ofendido;
- (D) perdão judicial e perdão do ofendido;
- (E) perdão judicial, perdão do ofendido e renúncia ao direito de queixa.

7

O homicídio difere-se tecnicamente do latrocínio pelo(a):

- (A) resultado preterdoloso, que existe necessariamente no segundo e não ocorre no primeiro;
- (B) existência de qualificadoras no primeiro;
- (C) diversidade dos bens jurídicos tutelados;
- (D) impossibilidade de tentativa abandonada no segundo;
- (E) impossibilidade de erro de tipo accidental no latrocínio.

8

Uma pessoa recebe um tiro de revólver e, após encaminhada ao hospital, já em recuperação, vem a falecer por força do desabamento de uma parede de gesso situada em seu leito.

É correto afirmar que o autor do disparo:

- (A) responde pelo resultado, em virtude da teoria da equivalência dos antecedentes causais adotada pelo Código Penal de forma absoluta;
- (B) responde pelo resultado, porque trata-se de uma concausa superveniente relativamente independente;
- (C) responde pelo resultado, porque assim o desejou e acabou obtendo o seu intento, ainda que com a colaboração de uma concausa;
- (D) não responde pelo resultado, porque a concausa superveniente quebra o nexos causal determinante;
- (E) não responde pelo resultado, porque a sua conduta não teve o dolo de resultado implementado.

Direito Processual Penal

9

O processo, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, é regido pelos princípios:

- (A) da integralidade e da consumação;
- (B) da oralidade e da consumação;
- (C) da oralidade e da integralidade;
- (D) da oralidade e da economia processual;
- (E) da informalidade e da integralidade.

10

Quando em discussão, ocorrida entre o casal Luciano e Vanessa, casados há muitos anos, o cônjuge-varão vem a agredir sua esposa, causando-lhe lesões corporais leves. Levados à delegacia de polícia local, Luciano é preso em flagrante delito. Vanessa, por seu turno, se revela arrependida de ter acionado o aparato policial, razão pela qual afirma ao delegado de polícia seu desejo de “retirar a queixa”, tendo a autoridade policial esclarecido, à ocasião, que sua manifestação de vontade seria fator absolutamente irrelevante para o prosseguimento dos atos de investigação penal. No caso, a hipótese é de:

- (A) lesão corporal qualificada pela violência doméstica, que se persegue pela via da ação penal pública condicionada, sendo, portanto, indispensável expressa autorização da vítima;
- (B) lesão corporal qualificada pela violência doméstica, que se persegue pela via da ação penal pública incondicionada, conforme orientação já pacificada no âmbito do Supremo Tribunal Federal;
- (C) ação de iniciativa privada, cabendo à vítima, ou a qualquer interessado, a deflagração da ação penal;
- (D) ação penal pública incondicionada, que pode ser deflagrada pela própria autoridade policial ou por terceiro interessado;
- (E) arquivamento, a critério da autoridade policial, que deverá recorrer, de ofício, ao chefe de polícia.

11

Em sede de teoria geral das nulidades, é correto afirmar que:

- (A) a nulidade absoluta somente pode ser declarada se arguida pelas partes, não podendo o magistrado, de ofício, reconhecê-la;
- (B) a nulidade relativa pode ser decretada de ofício pelo juiz, ou mesmo pelo próprio Promotor de Justiça;
- (C) em sede de nulidade absoluta, o prejuízo advindo do vício do ato processual é presumido, não necessitando a parte demonstrá-lo ao julgador;
- (D) as nulidades ditas absoluta e relativa se confundem, devendo o juiz dar igual tratamento a ambas as hipóteses;
- (E) a nulidade relativa não está sujeita ao fenômeno do convalidamento, cabendo, a qualquer tempo e grau de jurisdição, ser invocado o defeito para fim de desconstituição dos atos do processo.

12

Pela prática do crime de estelionato (artigo 171, *caput*, do CP), em continuidade delitiva (artigo 71, do CP), Valfrido é denunciado pelo Ministério Público Estadual. Quando do oferecimento da denúncia, o Promotor de Justiça deixa de oferecer a proposta de suspensão condicional do processo, ao argumento do descabimento da medida. No caso:

- (A) o Promotor de Justiça não pode oferecer a suspensão condicional do processo porque tal medida não tem cabimento em crimes contra o patrimônio;
- (B) o Promotor de Justiça não pode oferecer a suspensão condicional do processo porque tal medida não tem cabimento à hipótese de estelionato;
- (C) a suspensão condicional do processo não tem cabimento, já que a continuidade delitiva impõe somatório que eleva de um ano a pena base;
- (D) a suspensão condicional do processo somente pode ser oferecida em hipótese de infrações de menor potencial ofensivo;
- (E) a suspensão condicional do processo é de iniciativa reservada ao juiz, sendo certo dizer que somente poderá advir ao momento da sentença.

13

Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que:

- (A) consiste em procedimento de natureza inquisitorial, que se destina à busca de elementos que indiquem a existência da infração penal e de indícios de autoria;
- (B) está regido pelos princípios do contraditório e da ampla defesa, devendo a autoridade policial sempre deferir as diligências requeridas pelo advogado do indiciado;
- (C) pode a autoridade policial promover seu arquivamento, tão logo entenda desnecessária a investigação;
- (D) cabe recurso para o Chefe do Ministério Público do despacho que indeferir sua abertura;
- (E) deve sempre acompanhar a denúncia ou a queixa, com o que se revela sua indispensabilidade para a deflagração da ação penal.

14

Em determinada hipótese de crime de ação de iniciativa privada, o delegado de polícia Thomas, tomando conhecimento da infração penal, determina, de ofício, a instauração de inquérito policial. No caso:

- (A) a atividade de investigação penal autoriza a adoção de qualquer medida por parte da autoridade policial, independentemente da modalidade de ação penal prevista no Código de Processo Penal;
- (B) a autoridade policial deve, inicialmente, buscar a conciliação entre o autor do crime e a vítima, objetivando a pacificação do conflito;
- (C) qualquer diligência por parte do delegado deve aguardar um requerimento, verbal ou por escrito, da vítima do crime, sem o qual, na verdade, nenhuma diligência investigatória pode ser realizada;
- (D) de infração penal em que se persegue pela via da ação penal privada, a deflagração da investigação criminal está condicionada à representação da vítima;
- (E) a hipótese, como decorrência da intervenção do delegado de polícia, converte-se à modalidade de ação penal pública incondicionada.

15

Paulo, Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro, quando em serviço de ronda na Comarca de Duas Barras, ao volante de veículo da corporação militar, vem a atropelar Fabiano, médico plantonista local, que sofre lesões corporais leves. Sobre tal fato, em seara de competência penal, o policial militar deverá ser julgado, em primeira instância:

- (A) pela Justiça Militar Federal;
- (B) pela Justiça Comum Estadual;
- (C) pela Justiça Militar Estadual;
- (D) pela Justiça Comum Federal;
- (E) pelo Superior Tribunal Militar.

16

Reinaldo é levado à 15ª Delegacia Policial, ao argumento de que fora flagrado quando da prática do tráfico de entorpecentes (art. 33 da Lei nº 11.343/06), tendo a autoridade policial, após a lavratura do auto de prisão em flagrante, promovido o seu recolhimento à prisão, dando ciência ao juiz competente a respeito das formalidades que observara quando da prisão de Reinaldo. Não obstante todas as cautelas observadas pela autoridade policial, quando da chegada dos autos do inquérito ao Ministério Público, o Promotor de Justiça constata que a autoridade policial não teria expedido a respectiva nota de culpa, conforme determina o artigo 306, parágrafo 2º, do Código de Processo Penal. Diante de tal quadro, o Promotor de Justiça deverá:

- (A) reconhecer a validade do auto de prisão em flagrante e oferecer denúncia em desfavor de Reinaldo, opinando pela decretação de sua prisão preventiva;
- (B) arquivar o inquérito policial, ao argumento de que não fora expedida nota de culpa em desfavor do indiciado Reinaldo;
- (C) oficiar à autoridade policial para que promova a expedição da nota de culpa, analisando, posteriormente, a possibilidade de arquivamento do inquérito policial;
- (D) oferecer denúncia, opinando pelo relaxamento da prisão do indiciado, considerando que a não expedição da nota de culpa configura manifesta ilegalidade;
- (E) opinar pela decretação da prisão temporária do indiciado Reinaldo, cabendo à autoridade policial decidir sobre a conveniência da medida constritiva de liberdade.

Direito Civil

17

Priscila era passageira em uma viagem de ônibus da empresa de transporte VIAGEM BEM LTDA., quando sofreu danos em decorrência de uma colisão. É correto afirmar que:

- (A) haverá responsabilidade civil da entidade empresária de transporte, independentemente de culpa;
- (B) não há responsabilidade civil da entidade empresária de transporte, em hipótese alguma;
- (C) somente haverá responsabilidade civil da entidade empresária de transporte se ficar demonstrada culpa grave do motorista;
- (D) a responsabilidade civil da entidade empresária de transporte é subjetiva com culpa presumida;
- (E) se trata de caso de responsabilidade civil extracontratual.

18

Com relação à união estável, é correto afirmar que:

- (A) por determinação de lei, submete-se, quanto ao aspecto patrimonial, ao regime da comunhão universal de bens;
- (B) deve ser estabelecida com o objetivo de constituição de família;
- (C) não é reconhecida pela legislação brasileira;
- (D) não está sujeita aos impedimentos matrimoniais;
- (E) é o mesmo que concubinato.

19

Em matéria de usucapião, prevê o ordenamento jurídico brasileiro que adquire a propriedade, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, aquele que, sem interrupção nem oposição, possuir como seu um imóvel por:

- (A) 20 anos;
- (B) 18 anos;
- (C) 15 anos;
- (D) 02 anos;
- (E) 01 ano.

20

É correto afirmar que o direito à prestação de alimentos entre pais e filhos:

- (A) é recíproco, mas não é extensivo aos demais ascendentes;
- (B) é recíproco e extensivo aos demais ascendentes;
- (C) inexistente no direito brasileiro;
- (D) não é recíproco, mas é extensivo aos demais ascendentes;
- (E) é imprescritível.

21

No que diz respeito ao poder familiar, é correto afirmar que:

- (A) não tem aplicabilidade em caso de filhos decorrentes de união estável;
- (B) não está sujeito à suspensão;
- (C) não está sujeito à extinção;
- (D) é exercido pelos pais, em igualdade de condições;
- (E) se estende até a maioridade, normalmente.

22

Em matéria de responsabilidade civil, estabelece o Código Civil brasileiro que:

- (A) constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;
- (B) existe uma única cláusula geral de responsabilidade civil baseada na culpa;
- (C) a responsabilidade civil dos médicos é baseada na apuração da imprudência, negligência e imperícia;
- (D) em caso de homicídio, a indenização não abrange a prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia;
- (E) o princípio da reparação integral não encontra qualquer exceção no Direito Civil brasileiro.

23

Em matéria de negócios jurídicos, é correto afirmar que:

- (A) o silêncio, enquanto modalidade de manifestação de vontade dos interessados, jamais implica anuência;
- (B) o contrato consigo mesmo, em qualquer hipótese, é considerado válido, enquanto exceção à diversidade de partes, por não ofender as normas imperativas do Código Civil;
- (C) o ato jurídico praticado mediante simulação é considerado anulável, assim como ocorre nos vícios do consentimento em geral;
- (D) o titular do direito sob condição suspensiva, enquanto não implementada esta, não pode adotar qualquer medida de defesa ou conservação;
- (E) a condição que subordina a eficácia do contrato a uma simples e arbitrária manifestação de vontade de um dos contratantes é puramente potestativa, como do seu mero capricho.

24

Em matéria de pessoas jurídicas, é correto afirmar que:

- (A) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado;
- (B) a fundação poderá ser constituída para fins econômicos;
- (C) as associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins econômicos;
- (D) a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado se inicia com o respectivo ato constitutivo, independentemente de registro;
- (E) nas associações, a exclusão do associado independe de motivação e do devido procedimento legal.

Direito Processual Civil

25

No que concerne à incompetência relativa, é correto afirmar que:

- (A) o órgão judicial pode conhecê-la *ex officio*;
- (B) gera a nulidade dos atos decisórios praticados pelo órgão judicial incompetente;
- (C) pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição;
- (D) é suscetível como questão preliminar na contestação;
- (E) é vedado ao órgão do Ministério Público alegá-la, nas causas em que intervier.

26

Citado em uma ação de cobrança, o réu peticionou, tempestivamente, afirmando, tal como já havia feito a parte autora em sua inicial, que não tinha interesse na realização de audiência de conciliação, a qual, todavia, fora designada pelo juiz para o mês seguinte. Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) o prazo para oferecer a contestação se iniciará a partir da juntada do mandado de citação aos autos;
- (B) o prazo para oferecer a reconvenção se iniciará a partir da data designada para a audiência de conciliação;
- (C) o prazo para oferecer a contestação se iniciará a partir da data do protocolo da petição do réu, afirmando o seu desinteresse na realização da audiência de conciliação;
- (D) ao peticionar pela não realização da audiência, o réu praticou ato atentatório à dignidade da justiça;
- (E) ao peticionar pela não realização da audiência, o réu deve oferecer a contestação simultaneamente.

27

Em decisão de saneamento e de organização do processo, o juiz, diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade de a parte autora cumprir o encargo probatório que a princípio lhe incumbia, e de forma fundamentada, atribuiu o ônus da prova de modo diverso. Inconformada com essa decisão, poderá a parte ré:

- (A) interpor apelação;
- (B) interpor agravo de instrumento;
- (C) pedir esclarecimentos no prazo de cinco dias;
- (D) ajuizar reclamação;
- (E) interpor agravo interno.

28

No cumprimento de sentença condenatória ao pagamento de prestação alimentícia, o juiz, a requerimento do demandante, mandará intimar o demandado pessoalmente para:

- (A) em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo;
- (B) em quinze dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo;
- (C) em trinta dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo;
- (D) em vinte e quatro horas, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo;
- (E) em quarenta e oito horas, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuar-lo.

29

Prolata sentença sem aptidão para formar coisa julgada material o juiz que:

- (A) reconhece a carência da ação, dada a ausência de interesse processual;
- (B) pronuncia a prescrição do direito de crédito alegado pelo autor em sua inicial;
- (C) proclama a decadência do direito de pleitear a invalidação de um contrato;
- (D) rejeita um pedido formulado em ação civil pública, por se convencer da licitude da atuação estatal cuja validade é questionada na inicial;
- (E) concede a ordem vindicada na inicial, em ação de mandado de segurança.

30

A petição inicial será considerada inepta quando:

- (A) a parte for manifestamente ilegítima;
- (B) o autor carecer de interesse processual;
- (C) o autor, advogando em causa própria, não declinar o seu endereço;
- (D) o autor não instruí-la com os documentos indispensáveis à propositura da ação, cuja juntada foi determinada pelo juiz;
- (E) lhe faltar pedido ou causa de pedir.

31

O ato por meio do qual o juiz põe fim à fase cognitiva do procedimento comum é classificado como:

- (A) despacho;
- (B) decisão interlocutória;
- (C) sentença;
- (D) acórdão;
- (E) meramente ordinatório.

32

Sobre a revelia, é correto afirmar que:

- (A) será decretada se o réu não contestar a ação, embora possa ser relevada caso a peça defensiva seja apresentada no quinquídio subsequente ao decurso do prazo legal;
- (B) não levará à presunção de veracidade das alegações de fato constantes da inicial, se o litígio versar sobre direitos indisponíveis;
- (C) obrigará o juiz a acolher o pedido formulado pela parte autora, em razão da presunção de veracidade das alegações de fato constantes da inicial;
- (D) impedirá, após a sua decretação pelo juiz, que o réu revel intervenha no processo;
- (E) impedirá que o juiz reconheça algum vício de ordem pública, como a carência de ação.

Direito Constitucional

33

James é americano e residia há mais de quinze anos no Rio de Janeiro quando obteve a nacionalidade brasileira. Em virtude de sua atividade profissional, viajou ao País Z com a finalidade de ali fixar residência e trabalho. Residindo naquele país, James soube que a lei local condicionava sua permanência e trabalho à aquisição da nacionalidade local, razão pela qual solicitou e obteve a nacionalidade do País Z. Três anos após obter tal nacionalidade, James retornou definitivamente ao Brasil e foi informado que seu título eleitoral havia sido cancelado, tendo como fundamento a perda da nacionalidade brasileira pela voluntária aquisição da nacionalidade no País Z. Ao tomar conhecimento desses fatos, o Promotor de Justiça com atribuição eleitoral solicitou ao corpo de estagiários que pesquisasse as regras da Constituição Federal de 1988 a respeito da nacionalidade brasileira. Considerando que os fatos narrados nesse hipotético caso sejam verdadeiros, se você fosse o estagiário forense encarregado de pesquisar na Constituição Federal brasileira a resposta para a situação de James e informar ao Promotor de Justiça, escolheria como opção correta:

- (A) a aquisição de outra nacionalidade estrangeira ocasiona a perda da nacionalidade brasileira;
- (B) em virtude da perda da nacionalidade, James deverá aguardar cinco anos para solicitar a reaquisição da nacionalidade brasileira;
- (C) a imposição pelo País Z à naturalização de James, como condição de permanência em seu território, não ocasiona a perda da nacionalidade brasileira;
- (D) para ter direito à regularização do título eleitoral, James deverá solicitar o cancelamento de sua nacionalidade no País Z;
- (E) a Constituição Federal de 1988 veda a perda da nacionalidade brasileira.

34

O rol de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 permite concluir que no Brasil:

- (A) não há possibilidade de uma pessoa ser condenada à pena de morte;
- (B) nenhum brasileiro será extraditado;
- (C) o Tribunal do Júri é competente para julgamento dos crimes contra a vida;
- (D) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de educação;
- (E) ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

35

João, brasileiro, idoso e analfabeto, compareceu à Promotoria de Tutela Coletiva do Município onde reside e relatou, ao Promotor de Justiça com atribuição, fatos lesivos ao patrimônio público. Afirmou que os moradores da localidade sabiam da ocorrência de fraudes na escolha de empresas que realizavam obras no Município, algumas delas feitas com material de péssima qualidade. Na ocasião, após solicitar as providências cabíveis, João entregou fotos da queda de uma passarela e informou o nome e o endereço de duas pessoas que poderiam esclarecer a ligação dos sócios da empresa com funcionários da secretaria de obras. Com base nessa hipotética situação, e tendo em vista as normas da Constituição Federal de 1988 a respeito da atuação do Ministério Público, a correta providência a ser adotada pelo Promotor de Justiça é:

- (A) ajuizar ação popular, visando a anular o ato lesivo ao patrimônio público;
- (B) indeferir o pedido de providências, em virtude de João ser analfabeto;
- (C) instaurar inquérito civil para apurar a lesão ao patrimônio público;
- (D) solicitar a autorização do Procurador-Geral de Justiça para instaurar ação civil pública com o objetivo de reparar a lesão ao patrimônio público;
- (E) informar João que somente poderá adotar alguma providência se o pedido for assinado por advogado.

36

De acordo com a Constituição Federal de 1988, pode(m) propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

- (A) o Presidente e o Vice-Presidente da República;
- (B) o Procurador-Geral da República;
- (C) os partidos políticos;
- (D) os Prefeitos municipais;
- (E) o Presidente do Congresso Nacional.

37

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Presidente da República poderá ser impedido de exercer o mandato caso pratique crime comum ou de responsabilidade. Se o Presidente da República for acusado da prática de crime de responsabilidade, é correto afirmar que:

- (A) instaurado o processo no Senado Federal, ele será suspenso das funções pelo prazo de cento e vinte dias;
- (B) a admissibilidade da acusação será decidida, por maioria absoluta, pela Câmara dos Deputados;
- (C) caso seja condenado, deverá cumprir pena em regime aberto;
- (D) será submetido a julgamento perante o Senado Federal;
- (E) na vigência de seu mandato, poderá ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

38

A Constituição Federal de 1988 prevê que Estados, Distrito Federal e Municípios terão competência para criar e cobrar o imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS, o imposto sobre operações de circulação de mercadorias e serviços – ICMS, o imposto sobre a propriedade de veículo automotor – IPVA, o imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação – ITCMD, o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana – IPTU e o imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis – ITBI. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) o ISS é de competência municipal e o IPVA estadual;
- (B) o ICMS é de competência municipal e o ITBI estadual;
- (C) o ITCMD é de competência municipal e o IPTU estadual;
- (D) o ICMS e o ISS são de competência estadual;
- (E) o ITCMD e o IPTU são de competência municipal.

Direito Administrativo

39

O procedimento de direito público pelo qual o Poder Público transfere para si a propriedade de terceiro, por razões de utilidade pública ou de interesse social, normalmente mediante o pagamento de indenização, é chamado pelo ordenamento jurídico de:

- (A) concessão;
- (B) desapropriação;
- (C) permissão;
- (D) cassação;
- (E) tombamento.

40

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, as empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a:

- (A) Administração Direta e ostentam personalidade jurídica de direito público;
- (B) Administração Direta e ostentam personalidade jurídica de direito privado;
- (C) Administração Indireta e ostentam personalidade jurídica de direito privado;
- (D) Administração Indireta e ostentam personalidade jurídica de direito público;
- (E) Administração Mista e ostentam personalidade jurídica de direito público.

41

Prefeito Municipal determinou às diretoras das escolas municipais que promovessem a afixação de cartazes, na entrada de cada unidade de ensino, contendo a fotografia de sua esposa com os seguintes dizeres: “A primeira dama Maria, mulher guerreira e dedicada às causas filantrópicas, será candidata a Deputado Estadual nas próximas eleições e conta com o seu apoio”. A conduta do Prefeito viola frontalmente, a um só tempo, os princípios administrativos expressos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 da:

- (A) isonomia e razoabilidade;
- (B) eficiência e pessoalidade;
- (C) improbidade e lealdade;
- (D) impessoalidade e moralidade;
- (E) competitividade e igualdade.

42

João, Policial Militar do Estado do Rio de Janeiro, ao realizar diligência para combater o tráfico de entorpecentes, abordou o menor Felipe e, agindo com abuso de autoridade e com emprego de desnecessária violência física e emocional, causou-lhe danos materiais (pois quebrou a bicicleta do menor) e morais (tortura psicológica). No caso em tela, de acordo com o texto constitucional, em matéria de indenização, aplica-se a:

- (A) irresponsabilidade civil do Estado, razão pela qual o Policial deve responder diretamente pelos danos que causou ao menor, sem possibilidade de responsabilização do Estado;
- (B) responsabilidade civil ilimitada do Estado, razão pela qual o Estado responde pelos danos que seu agente causou ao menor, independentemente da comprovação do nexo causal;
- (C) responsabilidade civil limitada do Estado, razão pela qual o Estado responde pelos danos que seu agente causou ao menor, somente no caso de insolvência do Policial;
- (D) responsabilidade civil objetiva do Estado, razão pela qual o Estado responde pelos danos que seu agente causou ao menor, independentemente da comprovação da culpa ou dolo do Policial;
- (E) responsabilidade civil subjetiva do Estado, razão pela qual o Estado responde pelos danos que seu agente causou ao menor, desde que comprovada a culpa ou o dolo por parte do Policial.

43

Em tema de poderes administrativos, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o poder de polícia pode ser conceituado como a prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza:

- (A) a Polícia Civil a realizar diligências de busca e apreensão na casa dos investigados, independentemente de autorização judicial;
- (B) a Polícia Militar a proceder à prisão/captura de suspeitos de crimes hediondos, mesmo sem situação flagrancial ou ordem judicial;
- (C) o Poder Legislativo a determinar o confisco de bens de origem ilícita adquiridos por pessoas que cometeram crimes contra a Administração Pública;
- (D) a Administração Pública, por meio do Poder Executivo, a editar leis ordinárias dispondo sobre o funcionamento das forças de segurança pública;
- (E) a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade.

44

Prefeito Municipal, após estudos estratégicos, usando critérios de oportunidade e conveniência, decidiu iniciar o asfaltamento das vias públicas da cidade pelas ruas do bairro X. Inconformada, a associação de moradores do bairro Y ajuizou ação judicial pleiteando que as ruas de seu bairro sejam as primeiras a receber pavimentação. No caso em tela, em tema de controle judicial dos atos administrativos, o pleito da associação de moradores:

- (A) não merece prosperar, eis que, em se tratando de ato discricionário, ao Poder Judiciário, em regra, não cabe a análise do mérito administrativo, mas tão somente o controle da legalidade do ato;
- (B) não merece prosperar, eis que, em se tratando de ato vinculado, o Poder Judiciário, em regra, não pode adentrar à análise da legalidade formal do ato administrativo, se restringindo ao controle do mérito administrativo;
- (C) merece prosperar, eis que, em se tratando de ato vinculado, o Poder Judiciário, em regra, pode adentrar à análise somente do mérito administrativo e não de aspectos pertinentes à legalidade do ato;
- (D) merece prosperar, eis que, em se tratando de ato vinculado, ao Poder Judiciário, em regra, não cabe a análise do mérito administrativo, mas tão somente o controle da legalidade do ato;
- (E) merece prosperar, eis que, em se tratando de ato discricionário, ao Poder Judiciário, em regra, cabe a análise tanto do mérito administrativo, como de aspectos relacionados à legalidade do ato.

Princípios Institucionais do Ministério Público

45

Ednaldo, estudante de direito, foi informado por Eustáquio, professor de direito constitucional, que os membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro são alcançados pelo denominado *foro por prerrogativa de função*. De acordo com essa prerrogativa, os referidos agentes devem ser processados e julgados pelo:

- (A) Conselho Nacional do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade;
- (B) Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns;
- (C) Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade;
- (D) Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns;
- (E) Juiz de Direito, exclusivamente em relação aos crimes comuns.

46

Eustáquio, Promotor de Justiça, foi informado por sua secretária que um influente político da localidade solicitaria ao Governador do Estado que se intrometesse no exercício de suas atividades. O objetivo era fazer que o Chefe do Poder Executivo determinasse a alteração de um posicionamento jurídico adotado pelo Promotor de Justiça em determinada investigação penal conduzida pelo Ministério Público.

À luz das garantias e prerrogativas, constitucionais e infraconstitucionais, outorgadas ao Ministério Público e aos seus membros, é correto afirmar que determinação dessa natureza, caso exarada, NÃO precisará ser cumprida em razão do denominado princípio da:

- (A) inamovibilidade;
- (B) independência funcional;
- (C) hierarquia;
- (D) unidade institucional;
- (E) pessoalidade da atuação funcional.

47

Densivaldo, renomado Procurador de Justiça, ingresso no Ministério Público em 20 de janeiro de 2001, foi convidado, pelo Governador do Estado, para exercer a função de Secretário de Estado de Segurança Pública. Com base na sistemática constitucional, é correto afirmar que Densivaldo:

- (A) pode ser nomeado para o referido cargo e exercê-lo juntamente com suas funções institucionais regulares;
- (B) somente pode ser nomeado para o referido cargo se houver compatibilidade de horários;
- (C) somente pode ser nomeado para o referido cargo se for afastado pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- (D) somente pode ser nomeado para o referido cargo se for afastado pelo Conselho Nacional do Ministério Público;
- (E) é alcançado pela vedação ao exercício de outra função pública, o que impede sua nomeação para o referido cargo.

48

Irineu e Edna, estudantes de direito, travaram intensa discussão a respeito da existência, ou não, de órgãos de execução colegiados no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

É correto afirmar que consubstancia órgão dessa natureza:

- (A) o Conselho Nacional do Ministério Público;
- (B) a Câmara de Coordenação e Revisão;
- (C) o Conselho Superior do Ministério Público;
- (D) a Corregedoria Geral do Ministério Público;
- (E) a Câmara Legislativa.

49

Íngride, recém-aprovada no processo de seleção para estagiários do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, realizou alentada pesquisa a respeito da autoridade competente para nomeá-la e do prazo máximo de estágio permitido pela Lei Orgânica Nacional. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) o Corregedor-Geral do Ministério Público é a autoridade competente e o prazo máximo é de três anos;
- (B) o Procurador-Geral de Justiça é a autoridade competente e o prazo máximo é de dois anos;
- (C) o Corregedor-Geral do Ministério Público é a autoridade competente e o prazo máximo é de dois anos;
- (D) o Procurador-Geral de Justiça é a autoridade competente e o prazo máximo é de três anos;
- (E) o Conselho Superior do Ministério Público é a autoridade competente e o prazo máximo é de dois anos.

50

Alexandre, recém-formado em direito, disse a Edson que o seu sonho era ser membro do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Indagado do motivo, respondeu que a Instituição propunha ações de grande impacto financeiro e que, por tal razão, os honorários de sucumbência repassados aos Promotores de Justiça eram muito elevados. Com os olhos voltados à ordem jurídica, é possível afirmar que essa conclusão é:

- (A) falsa, pois os membros do Ministério Público são alcançados pela vedação constitucional de receber, a qualquer título e sob qualquer motivo, honorários advocatícios decorrentes do exercício de suas funções;
- (B) falsa, pois os membros do Ministério Público não fazem jus à integralidade dos honorários advocatícios fixados em prol da Instituição nas causas em que atuam, mas tão somente ao percentual fixado em lei;
- (C) verdadeira, mas os membros do Ministério Público somente podem receber honorários advocatícios com estrita observância do limite do teto remuneratório fixado na Constituição Federal de 1988;
- (D) verdadeira, mas os membros do Ministério Público não fazem jus à integralidade dos honorários advocatícios fixados em prol da Instituição nas causas em que atuam, estando adstritos ao percentual fixado em resolução do Procurador-Geral;
- (E) falsa, pois os membros do Ministério Público que ingressaram na carreira a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004, não os anteriores, são alcançados pela vedação constitucional de receber honorários advocatícios.

Realização

